

TRAMAS DE AFETO E CONTROLE: A FAMÍLIA COMO OPERADORA DE GOVERNAMENTALIDADE NA IDENTIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE AEE

NEEMIAS FRAGA CUNHA ARAUJO
Universidade Federal da Bahia - UFBA
E-mail: neemiasfraga@gmail.com

SIDENISE ESTRELADO SOUSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
E-mail: sidenise.educacao@gmail.com

INTRODUÇÃO

A emergência de instituições de Atendimento Educacional Especializado (AEE) criado por iniciativa familiar é frequentemente lida sob a métrica do afeto e da proteção, porém, sob uma lente pós-estruturalista, tais espaços podem ser compreendidos como dispositivos onde o saber e o poder estão diretamente implicados. Ao buscarem no saber especializado as respostas para a deficiência, as famílias acabam por operar dentro de um "aquário" discursivo, cujas paredes nem sempre são percebidas, mas que delimitam o que pode ser pensado e praticado conforme Tedeschi (2017). Dessa forma, a identidade institucional não é uma essência fixa, mas uma construção histórica e interessada que reflete o desejo de tornar a realidade do filho compreensível através de categorias universais e normalizadoras da modernidade.

Nesse cenário, a família atua como uma importante operadora de governamentalidade, conceito esse em que Foucault (2010), utiliza-o para explicar que o poder não está apenas no Estado, mas numa rede complexa de táticas e estratégias que procuram dirigir a conduta dos indivíduos o "governo das condutas". Uma vez que o poder não é algo que se possui, mas algo que circula em rede e se exerce em cadeia, ao reproduzirem técnicas de controle e vigilância no cerne da instituição.

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar as potencialidades epistemológicas das tramas de afeto e controle que configuram as instituições de AEE fundadas por famílias, compreendendo-as como operadoras de governamentalidade. Para tanto, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos, investigar os regimes de verdade médicos e pedagógicos que as famílias absorvem e reproduzem, fixando



identidades institucionais que buscam a identidade fechada do sujeito com deficiência, mapear as práticas de subjetivação no cotidiano do AEE, analisando como o discurso institucional fabrica o sujeito assujeitado por meio de mecanismos de saber-poder. O processo de assujeitamento, conforme Foucault (2010), evidencia que o estudante da educação especial não é um alvo inerte, mas um sujeito constituído por mecanismos de saber-poder que fabricam sua identidade institucional.

A perspectiva pós-estruturalista define-se pela "incredulidade em relação às metanarrativas" (Lyotard, 2009), rejeitando explicações universais que fixam identidades. A investigação justifica-se pois o conhecimento educativo é um "ato político", inserido em disputas por verdades que exigem uma "curiosidade epistemológica" (Freire, 1996) para desvelar as tramas de poder.

A metodologia assume um caráter genealógico, configurando-se como uma excursão investigativa que foca na superfície dos eventos e nas relações de poder-saber. A análise incide sobre a materialidade do discurso - incluindo documentos institucionais, condutas e a organização do espaço - tratada como práticas que estruturam sistematicamente seus objetos. Adota-se uma análise ascendente do poder para desestabilizar categorias naturalizadas como 'proteção' e 'afeto'.

Nesta perspectiva, os documentos institucionais (estatutos, regimentos) e as narrativas familiares não são tratados como conjuntos de signos que remetem a um conteúdo latente, mas como práticas que estruturam sistematicamente os objetos aos quais se referem. O método visa, portanto, descrever as condições de possibilidade desses discursos e delimitar seus contornos, estabelecendo de que maneira certos enunciados sobre o cuidado e a deficiência excluem outras modalidades de enunciação e existência.

Neste percurso, adota-se uma análise ascendente do poder, iniciando pelos mecanismos infinitesimais de controle e vigilância que possuem uma historicidade e táticas específicas, para subsequentemente examinar como esses microssistemas de poder são investidos por mecanismos mais amplos de governamentalidade.

“O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p.30).



Tal abordagem impõe ao pesquisador a recusa de explicações unívocas e a busca por essências imutáveis, concentrando-se na singularidade dos eventos que moldaram a identidade da instituição de AEE como uma projeção do controle familiar.

Ao tratar o conhecimento produzido como um ato de criação e invenção estrategicamente orientada, a pesquisa emprega a leitura desconstrutora para desestabilizar o fundamento de categorias naturalizadas - como a "proteção" e o "afeto" - tornando visível o que foi obscurecido pelo discurso dominante.

DESENVOLVIMENTO

A criação de instituições de AEE por iniciativa familiar é comumente narrada como um ato de amor e proteção, mas uma análise pautada na genealogia busca desmascarar os hinos solenes do progresso e do cuidado desinteressado. Ao fundarem esses espaços, as famílias não operam no vazio; elas estão inseridas em um campo de vontade de verdade que busca a essência exata das coisas e uma identidade fechada para o sujeito com deficiência. Esse movimento retira a deficiência do campo da imprevisibilidade e a insere em um regime de verdade institucional, onde o saber especializado dita o que conta como verdadeiro ou falso sobre o desenvolvimento e a inclusão.

Dessa forma, a instituição deixa de ser apenas um local de apoio para se tornar um dispositivo de saber-poder. Nesse sentido, o AEE que oferta serviços educacionais com função, complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009). Além disso, busca reconhecer as necessidades educacionais específicas dos (as) estudantes, propondo, de forma sistemática, a seleção e a produção de materiais e recursos didáticos que favoreçam sua inclusão e assegurem o acesso efetivo ao currículo escolar.

Nesse contexto, a instituição atua como um prolongamento da vigilância familiar, transformando o desejo parental de conhecer cada detalhe da vida do filho em práticas discursivas e não-discursivas. O discurso institucional vai além de um conjunto de sinais, sendo uma prática ativa que define sistematicamente seus objetos, estabelecendo o que é o sujeito "normal" e o que é o desviante naquele ambiente.



Embora as instituições de AEE fundadas por famílias operem como redes de captura, a perspectiva pós-estruturalista nos faz refletir que onde há relações de poder há resistência, sendo que, essa resistência, sob a ótica pós-estruturalista, não deve ser vista como algo externo ao poder, mas como uma prática inventiva que ocorre no interior das próprias redes de controle (TEDESCHI; PAVAN, 2017). Nas tramas do AEE, as crianças e jovens com deficiência não são "alvos inertes", mas sujeitos que, em meio ao disciplinamento, exercem sua vontade de potência para atribuir novos sentidos ao mundo.

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza e um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. (FOUCAULT, 1999, p. 34-35).

Portanto, analisar as instituições de AEE exige reconhecer que os sujeitos não são meros efeitos do controle familiar, mas sim um espaço de campo para multiplicidade e imprevisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas neste artigo permitiram visibilizar que as instituições de AEE, embora nascidas de tramas de afeto, não estão imunes aos dispositivos de saber-poder que caracterizam a modernidade. Ao utilizarmos o Pós-estruturalismo como potência epistemológica, foi possível desnaturalizar a ideia de que o cuidado familiar é um campo neutro, revelando-o como uma engrenagem central da governamentalidade que busca, por meio da vigilância e do saber especializado, fixar a identidade do sujeito com deficiência. A "identidade" institucional revelou-se, portanto, como uma construção movediça, reflexo dos medos e desejos de normalização que tentam capturar a imprevisibilidade da diferença.

No entanto, a análise também demonstrou que o fechamento dessas tramas nunca é absoluto. Mesmo sob o rigor das técnicas de controle, emergem



descontinuidades e resistências que provam que o sujeito não é apenas um produto do assujeitamento, mas um centro de energia criativa e inventiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 05 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112035> Acesso em: 21 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

TEDESCHI, Sirley Lizott; PAVAN, Ruth. **A produção do conhecimento em educação: o Pós-estruturalismo como potência epistemológica**. *Práxis Educativa, Ponta Grossa*, v. 12, n. 3, p. 772-787, set./dez. 2017.

